

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

REQUERIMENTO nº , de 30 de junho de 2011

(Do Sr. DR. ALUIZIO)

Requer a realização de Audiência Pública para discutir os riscos à saúde do trabalhador e da população da zona oeste do Rio de Janeiro com as atividades da Companhia Siderúrgica do Atlântico

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 117, combinado com o art. 255, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requiero a V. Ex.^a, ouvido o Plenário desta respeitável Comissão, a realização de Audiência Pública para discutir um assunto de profunda relevância para esta Comissão, sobretudo no âmbito da Subcomissão de Saúde do Trabalhador

Segundo matéria divulgada pela imprensa no Rio (site g1.com.br) com moradores e especialistas em saúde pública, há vários riscos para as pessoas que moram perto da Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA), em Santa Cruz, na Zona Oeste do Rio. Os especialistas também alertam para a necessidade de acompanhar a saúde da população vizinha à companhia.

Em 2010, ao menos duas vezes, foram expelidos pela companhia um pó prateado, que deixou os moradores preocupados.

Um alerta sobre os perigos da poluição causada pela CSA já foi feito por pesquisadores da Fiocruz. Eles realizaram um estudo com seis adultos e uma criança, que moram perto da siderúrgica e estavam com problemas respiratórios e doenças de pele.

Após vários exames, as conclusões estão no laudo que afirma – “as queixas e os sintomas se relacionavam com a exposição à fuligem, a partir de agosto de 2010”.

O representante da CSA, Luiz Cláudio Castro, afirma que a fuligem provocada pela siderúrgica não é tóxica.

Entretanto, se não há toxicidade inata do agente inalado, há sempre o dano à saúde pela própria inalação de partículas como as que estão sendo espargidas no ar pela CSA, fato este confirmado pelo representante da empresa.

Segundo o representante: “O material da poeira da empresa não é tóxico, não causa doenças, pode sim, gerar algum incômodo, como a poeira de casa ou da rua, por exemplo. Não existe uma causa de doença propriamente com a poeira da empresa”. Esta afirmação, por si só, já aponta para a necessidade de constituirmos uma audiência pública nesta Casa a fim de que conheçamos melhor esta situação.

Há ainda, além destes fatores, agravantes de poluição sonora.

Segundo laudo da Fiocruz há a necessidade de um acompanhamento do impacto da CSA na saúde da população. **O coordenador de saúde do Inea, Luiz Tenório, assume que o monitoramento não está sendo feito.** Ele diz que a secretaria municipal de saúde vai fazer esse trabalho.

“Até agora não há monitoramento. Por isso que nós estamos pedindo que a secretaria faça isso. E a secretaria já concordou com isso”, informou.

Para o médico da Fiocruz, Hermano Albuquerque, a falta de acompanhamento deixa milhares de pessoas numa situação de risco.

“Você pode ter alterações genéticas, alterações fetais, enfim você ter uma série de processos que são contaminadores e que no futuro vão produzir casos de câncer. Para que a gente não seja surpreendido é preciso que se tenha uma ação desde agora de acompanhamento”, finalizou o médico.

Pelo exposto apresento a Vossa Excelência este pedido de Audiência Pública.

Como forma de enriquecer esse debate, sugerimos que sejam convidadas, as seguintes pessoas:

- a Presidente do INEA, dra. Marilene Ramos
- um representante da Companhia Siderúrgica do Atlântico;
- o Dr. José Antônio Vieira de Freitas Filho, titular do Ministério Público do Trabalho do Rio de Janeiro (tel. 21 3212.2000),
- o Dr. Hermano Albuquerque da FIOCRUZ;
- a Dra Anabelle Macedo Silva, Promotora de Justiça de Tutela Coletiva da Saúde (tel. 21 2222.5194)

Sala das Sessões, em 30 de junho de 2011.

Deputado DR. ALUIZIO
PV/RJ